

À UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
– URC JEQ/COPAM

Processo Administrativo: 481228/20

Auto de Infração 023446/2017

Autuado: José Domingos Roza/ Município Jequitinhonha

Relatório

Trata-se de auto de infração lavrado no ano de 2017 (11/04/2017) em desfavor de José Domingos Roza por supostamente explorar vegetação nativa localizada no entorno de unidade de conservação (Rebio Mata Escura) sem a previa autorização do órgão ambiental competente, sendo a área mensurada em 153,1822 ha. O material lenhoso proveniente da floresta estimado em 10722 st não foi encontrado. Além de desenvolver atividade que dificulta a regeneração natural da vegetação nativa em área de 153,1822 hectares a qual encontra-se cultuada com eucalipto.

Foi aplicada multa simples no valor de R\$ 1.249.378,40 cominada com a suspensão de atividades.

A defesa foi apresentada, comprovando as devidas autorizações para a intervenção, demonstrando a legalidade da limpeza da área e refutando a suspensão das atividades. Foi argumentado que a área estava regularizada por meio das seguintes autorizações: APEF nº 005698, datada de 19/05/2005; APEF nº 69601, datada de 28/03/2007; e o documento autorizativo de Intervenção Ambiental DAIA nº 13479-D, datado de 25/05/2010.

Ficou demonstrado que o agente responsável não especificou a tipificação legal correta, utilizando-se de legislação que não estava em vigor no momento da lavratura do auto de infração, configurando vício no ato administrativo, considerando que o suposto fato gerador ocorreu nos anos de 2005 e 2006.

Além disso, ficou comprovado que não havia a obrigatoriedade de obter anuência do órgão gestor da unidade de conservação, o ICMBio, por meio de despacho formal, uma vez que a área em questão está situada a mais de 3 (três) quilômetros do limite da unidade de conservação, o que dispensa a necessidade de requerer autorizações para a limpeza, em conformidade com a legislação ambiental aplicável à época.

Sustenta que, diante de todas as arbitrariedades praticadas pelo órgão fiscalizador, mesmo que qualquer ato infracional tivesse ocorrido, o que não se confirma, a administração pública está sujeita à prescrição de cinco anos para apurar a prática de infrações contra o meio ambiente.

No presente caso, é imprescindível ressaltar que não se trata de uma infração continuada, uma vez que a atividade foi devidamente autorizada e atestada pelo Instituto Estadual de Florestas. Assim, qualquer sanção ambiental de natureza administrativa deve respeitar o prazo prescricional estabelecido pela legislação aplicável.

Ressaltamos que o auto de infração é um ato administrativo e deve conter informações essenciais, como a identificação adequada do infrator, a descrição da ação ou conduta que deu origem à infração, o local, a hora e a data do ato infracional, além da fundamentação legal que embasa a infração e a pena a ser aplicada. No que tange à fiscalização realizada em desfavor do Senhor José Domingos Roza, o órgão competente reconheceu, após sete anos da lavratura do auto de infração, a existência de um vício insanável no procedimento.

Ou seja, diante da inexistência de embasamento legal ou da tipificação adequada, o auto de infração deve ser considerado nulo em sua totalidade, uma vez que a falta desses requisitos compromete a validade do ato administrativo.

Parecer 1495/SEMAD/DAINF/2024

Contudo, esta exploração/supressão de vegetação nativa aconteceu em 2005 e 2006 e nesta época

Parecer 1495 (99283716)

SEI 1370.01.0032202/2024-24 / pg. 19

não existia ainda a vigência do Decreto Estadual 44.844/08, o que demonstra um **vício insanável** no elemento motivo do ato administrativo, pois, as questões de direito **não são compatíveis** com as questões de fato infracional o que é fundamental para a manutenção da **primeira infração** descrita no A.I nº 023446/2017.

Neste ponto, é preciso ressaltar que se considera a **data da ocorrência do fato** para a aplicação do fundamento material previsto no Código 304, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, **ainda que a ciência da administração se dê em momento posterior**. Trata-se do princípio do *tempus regit actum*, ou seja, o "tempo rege o ato".

A Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – ASJUR/SEMAD exarou, neste sentido, a Nota Jurídica nº 83/2018, como se vê:

"Conforme exposto ao longo da presente Nota, ao menos em regra, a lei em vigor deve produzir efeitos imediatamente (tempus regit actum), devendo ser os fenômenos jurídicos regidos pela norma vigente à época em que ocorreram, eis que o momento da ciência da infração ambiental pelo órgão ambiental, exclusivamente no que se refere à norma a ser aplicada às infrações ambientais, é irrelevante.

Destarte, pelos motivos e fundamentos exposto no item 2.1, o entendimento desta Assessoria Jurídica é o de que às infrações praticadas sob a égide do Decreto nº 44.844/2008 devem ser aplicadas as sanções nele previstas, ainda que tais infrações tenham sido constatadas sob a vigência do Decreto nº 47.383/2018."

Por tal razão, opina-se que, a **primeira infração** descrita no auto de infração nº 023446/2017, nos termos do Código 304, Decreto Estadual 44.844/08, deve ser anulada, com base no princípio da autotutela, haja vista que a época do fato infracional não existia ainda a vigência desta norma legal.

O órgão ambiental, em primeira instância, manteve a penalidade de multa e a suspensão das atividades, com decisão publicada em 01/03/2021. Diante disso, não restou ao produtor, que possuía todos os atos autorizativos válidos para a realização de suas atividades, outra alternativa a não ser a apresentação de recurso contra a decisão.

A apresentação do recurso desencadeou uma série de reanálises e despachos por parte do órgão competente, a fim de verificar a validade dos documentos, a legislação aplicada, a área da intervenção, entre outros aspectos. Isso resultou na reabertura do prazo para a defesa, devido à nova majoração da infração. O órgão reconheceu, conforme consta no Relatório Técnico Especial 0054/2015/GMVBIO/DPBio/IEF SISEMA, que o Senhor José Domingos Roza obteve as autorizações necessárias para a realização de suas atividades.

Cumprir destacar que, mesmo que tivesse ocorrido intervenção ambiental sem a devida autorização, o §4º do art. 59 da Lei 12.651/2012 determina que, no período entre a publicação do Código Florestal e a implantação do Programa de Regularização Ambiental, o proprietário ou possuidor do imóvel não poderá ser autuado por infrações ambientais ocorridas antes de 22 de julho de 2008, relacionadas à suspensão irregular da vegetação.

A Lei de Introdução ao Código Penal brasileiro – Decreto-Lei nº 3.914/1941, em seu art. 1º faz a seguinte definição de crime:

“Art. 1º Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente”

Crime é a conduta humana descrita de forma abstrata no tipo penal, ou seja, é o comportamento previsto na lei como infração a uma norma penal.

Os elementos do fato típico são a conduta, o resultado, o nexo causal entre a conduta e o resultado, e a tipicidade. Caso qualquer um desses elementos esteja ausente, o fato será considerado atípico, não configurando crime.

Por fim chegou à conclusão do cancelamento do auto de infração por possuir vício insanável, porém de forma equivocada manteve a penalidade de impedir a regeneração natural uma vez que considerou um crime continuado, o que no nosso entendimento está equivocado.

No caso em análise, não se configura crime continuado, pois o fato alegado é único e não há prática reiterada do mesmo delito. Caso houvesse uma infração, ela seria isolada, não se aplicando a figura do crime continuado.

Ficou devidamente comprovado a regularidade da atividade sendo que órgão forçosamente manteve a penalidade acessória o que deve ser revisto neste colegiado.

Sobre o aspecto de impedimento da regeneração, encontra-se nos autos o Parecer Técnico do Professor Sebastião Renato Valverde (CREA-MG nº 49.982), um dos maiores especialistas em Engenharia Florestal do país, com vasta experiência acadêmica e profissional.

Em seu parecer, o Professor Valverde apresenta análises espectrais de imagens de satélite, demonstrando que as condições edafoclimáticas da região não favorecem a regeneração florestal. O estudo destaca que o prolongado déficit hídrico obriga os indivíduos arbóreos nativos a perderem até 50% das folhas, o que compromete de maneira significativa a regeneração da vegetação local.

Após o transcurso de 7 (sete) anos da lavratura do auto de infração e 19 (dezenove) anos da alegada intervenção administrativa sem a devida autorização, o órgão competente reconheceu o vício insanável na lavratura do referido auto, resultando na extinção da penalidade pela exploração de vegetação nativa localizada no entorno da unidade de conservação (Rebio Mata Escura), sem a prévia autorização do órgão ambiental competente.

Nesse contexto, uma vez que não restou configurada a infração principal, é imperativo que todas as penalidades, incluindo as de natureza acessória, sejam igualmente declaradas extintas, em razão da inexistência do fato que as originou (atipicidade). A infração acessória, por sua própria natureza, depende da configuração da infração principal e, portanto, não pode subsistir quando esta for invalidada.

No que tange à tese do crime continuado, é imperioso ressaltar que tal alegação não se sustenta, uma vez que não se verifica a prática de qualquer infração. A imputação de crime continuado pressupõe a ocorrência reiterada de um mesmo delito, o que, no presente caso, não se configura, pois não há elementos que comprovem a prática de infrações sucessivas ou contínuas.

Assim, não há fundamentação legal que sustente qualquer acusação, e muito menos a de crime continuado. Não restam dúvidas de que o autuado agiu em total conformidade com a legislação, cumprindo integralmente todos os requisitos legais estabelecidos para o exercício de suas atividades.

Conclusão:

Diante de todo o exposto, somos favoráveis ao acolhimento do Recurso Administrativo, a fim de determinar a nulidade da decisão exarada nos autos e o cancelamento integral do Auto de Infração 023446/2017.

É o parecer,

Araçuaí, 29 de novembro de 2024.

Luis Rodolfo Antunes Quaresma

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg

Anexos:

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Jequitinhonha, 06 de janeiro de 2011.

OF.005/2011 Núcleo Jequitinhonha/IEF/SISEMA.

Prezado Senhor:

Encaminhamos em anexo o processo abaixo para análise e Anuência de Intervenção Ambiental e posterior devolução ao Núcleo Jequitinhonha-MG.

0302000001/10- José Domingos Roza - Faz. Santa Rosa Colônia.

Atenciosamente,

Moacir Fernandes Filho
Gerente do NO Jequitinhonha

Tiago Leão Pereira

Instituto Estadual de Florestas - MG Núcleo Operacional de Jequitinhonha	
Tipo Doc.Saida	
Número: 03020005/2011	
06/01/2011	
Data	Nome Legível do Responsável

RUA Cel Ramiro Pereira, 87 BAIRRO Centro, JEQUITINHONHA-MG CEP: 39900-000 FONE: 035 3741-1429

108

28/01/2011

Às

NOTIQUINHONHA - JEP/MG

Considerando a
vigência da Resolução
nº 428, de 17 de dezembro
de 2010, devolvemos o
presente processo uma
vez que a área em
questão está localizada
além dos 3 Km
a partir do limite
da Reserva Biológica
da Mata Escura.

W. Lopes

Waldomiro de Paula Lopes
ANALISTA AMBIENTAL
MAT. 1427789 - ICMS/26



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO FLORESTAL

SERIE A
0005698

ESCRITÓRIO REGIONAL: **NORDESTE** PROCESSO DE ORIGEM Nº: **[REDACTED]**
NÚCLEO / AGÊNCIA: **JEQUITINHONHA** GPMS: **JEQUITINHONHA**

IMÓVEL:
DENOMINAÇÃO: **FAZENDA [REDACTED]** LAT: **[REDACTED]** LONG: **[REDACTED]**
MUNICÍPIO / DISTRITO: **[REDACTED]** INCRA: **[REDACTED]**
PROPRIETÁRIO: **JOÃO DOMINGOS ROZA** CNPJ: **[REDACTED]**
ENDEREÇO: **[REDACTED]** CPF / CNP: **146.247- [REDACTED]**
MUNICÍPIO: **[REDACTED]** BAIRRO: **Z. RURAL**
FONE: **[REDACTED]** CEP: **[REDACTED]**

EXPLORADOR:
REGISTRO NO IEF: **[REDACTED]** CATEGORIA: **[REDACTED]** CPR: **[REDACTED]**
NOME: **O MESMO** CPF / CNP: **[REDACTED]**
ENDEREÇO: **[REDACTED]** BAIRRO: **[REDACTED]**
MUNICÍPIO: **[REDACTED]** FONE: **[REDACTED]** CEP: **[REDACTED]**

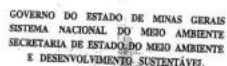
SITUAÇÃO DO IMÓVEL (ha)		Área total Propriedade 323,9203 ha	
		NATIVA	PLANTADA
Área de Cobertura Vegetal Total		-	-
Área Livre		100,00	100,00
Área de Cobertura Vegetal Remanescente		-	-
Área de Preservação Permanente		-	-
Área de Reserva Legal		70,70	70,70

TIPO DE EXPLORAÇÃO (ha) (*us)		FINALIDADE DA EXPLORAÇÃO	
		NATIVA	PLANTADA
Limpeza de pasto	100,00	Restoramento	100,00

COBERTURA VEGETAL DA ÁREA		RENDIMENTO PREVISTO POR PRODUTO / SUBPROD.	
		PRODUTO / SUBPRODUTO	QUANTIDADE UN.
Pastagem	100,00	Carvão (Tx. comp)	750 kg

1ª AUTORIZAÇÃO EXPEDIDA EM: 19/01/05 VENCIMENTO: 19/01/06 RESPONSÁVEL TÉCNICO / CREA: [Assinatura] OBSERVAÇÕES: [Assinatura]	1ª REVALIDAÇÃO EXPEDIDA EM: 19/08/06 VENCIMENTO: 19/08/06 RESPONSÁVEL TÉCNICO / CREA: [Assinatura]	2ª REVALIDAÇÃO EXPEDIDA EM: 16/08/06 VENCIMENTO: 16/08/06 RESPONSÁVEL TÉCNICO / CREA: [Assinatura]
--	--	--

CONTROLE DE ENTREGA DE SELO AMBIENTAL AUTORIZADO (SAA)									
DATA DA ENTREGA	COD.	NÚMERO DO(S) SELO(S)		RUBRICA RESP.	DATA DA ENTREGA	COD.	NÚMERO DO(S) SELO(S)		RUBRICA RESP.
23/06/05		0343487	0343490	[Assinatura]	1/1				
23/06/06		0343493	0343494	[Assinatura]	1/1				
23/06/06		0343495	0343496	[Assinatura]	1/1				
14/10/05		0343502	0343504	[Assinatura]	1/1				
14/10/05		0343500	0343500	[Assinatura]	1/1				
31/05/05		0365025	0365028	[Assinatura]	1/1				



ÉRIE A
0069601

EXPLORADOR:			
REGISTRO NO IEF:			
NOME: C MESMO	CATEGORIA:	CPR:	
ENDEREÇO:	CPF / CNPJ:		
MUNICÍPIO:	BAIRRO:		
	FONE:	CEP:	

[illegible][illegible]

CONTROLE DE ENTREGA DE SELO AMBIENTAL AUTORIZADO (SAA)									
DATA DA ENTREGA	cod.	NÚMERO DO(S) SELO(S)		RUBRICA RESP.	LAMBA DE ENTREGA	COD.	NÚMERO DO(S) SELO(S)		RUBRICA RESP.
		INÍCIO	FIM				INÍCIO	FIM	
28.03.02		0369171	0369188		I A				
29.05.07		0369126	0369136	REC	I B				
/ /					I C				
/ /					I D				
/ /					I E				
/ /					I F				
/ /					I G				
/ /					I H				



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD

CERTIDÃO N° 250820/2009

O Instituto Estadual de Florestas - IEF, através da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Jequitinhonha



CERTIFICA, por requerimento do interessado que, **JOSÉ DOMINGOS ROZA**, CPF N° **146.247-1** protocolou o Formulário de Caracterização do Empreendimento Integrado - FCEI, sob o N° **146.247-1** para o licenciamento ambiental do empreendimento **FAZENDA** o qual segundo informação do requerente desenvolve a atividade: Silvicultura (250 Ha), enquadrada na DN 74/2004 sob o código: G-03-02-6, no município de **JEQUITINHONHA** neste Estado. Após análise do formulário, foi verificado que o porte e o potencial poluidor do empreendimento são inferiores àqueles relacionados na Deliberação Normativa COPAM N° 74, de 09 de setembro de 2004, ou sua atividade não está enquadrada na referida Deliberação, e não faz parte do Anexo I da Resolução CONAMA N° 237, de 22 de dezembro de 1997, não sendo, portanto, **passível de licenciamento, nem mesmo de autorização ambiental para funcionamento** pela Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Jequitinhonha - SUPRAM JEQUITINHONHA.

Esta certidão não exige o requerente de obter junto aos órgãos ambientais competentes outorga para direito de uso de recursos hídricos, autorização para intervenção em área de preservação permanente, supressão de vegetação e averbar a reserva legal, assim como da anuência do órgão gestor em caso de estar situado no entorno de unidade de conservação do grupo de proteção integral ou em unidade de conservação do grupo de uso sustentável.

DIAMANTINA, 19 de Agosto de 2009

ELIANA PIEDADE ALVES MACHADO

MA SP: 1020665-4

Superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Jequitinhonha



Esta certidão tem validade de 05 (cinco) anos.

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

SEMAD.FEAM.JEFIGAM

Nº DAIA: 0013479-D

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental		Nºm. do Processo	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental SEM AAF Supressão Vegetação		03020000601/10	MÚLTIPO JEQUITINHONHA
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
Nome: JOSÉ DOMINGOS ROZA		CPF/CNPJ: 148.247-1	
Endereço:	UF: MG	Bairro:	Telefone:
Município:		CEP:	
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
Nome: JOSÉ DOMINGOS ROZA		CPF/CNPJ: 148.247-1	
Endereço:	UF: MG	Bairro:	Telefone:
Município:		CEP:	
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL			
Denominação: Fazenda Santa Rosa Colônia		Área Total (ha):	383,8600
Município/Distrito/UF: JEQUITINHONHA-MG		Área Total RL (ha):	70,7800
Registro: 7.759 2RG 5.548		INCRA (CCIR):	
Coordenada Plana (UTM) - X(Y): 268.000 Y(7): 8.176.000		Datume: SAD-69	Fuso: 24h
4. CARACTERIZAÇÃO DO USO SOLO			
Área com cobertura vegetal nativa (ha)			0,0000
Área com uso alternativo de solo (ha)			0,0000
Área Total (ha)			0,0000
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA			
Tipo de Intervenção		Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa COM destino		102,2400	ha
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA			
Área a ser dada à área		Especificações	Área (ha)
Cultivo de Eucalipto			102,2400
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(ES) ÁREA(S) AUTORIZADA(S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
Bioma/Transição entre Biomas		Área (ha)	
Cerrado + Mata Atlântica		Total	102,2400
		Área (ha)	102,2400
Fisionomia/Transição entre Fisionomias			
Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária inicial		Total	102,2400
8. PRODUTOS/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO			
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
CARVÃO VEGETAL NATIVO		450,0	MS
LENHA FLORESTAL NATIVA		1.932,0	MS
9. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE			
APP com cobertura vegetal nativa		Agroecossistemas	
APP com uso antrópico consolidado		Cursos	
		Total	0,0000

53